

Agência Leia

Levy defende desoneração apenas dos investimentos do setor de energia elétrica

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, defende que a desoneração do setor elétrico se dê nos investimentos e não no segmento de forma geral. Uma das possibilidades seria o uso de uma regra contábil por meio da qual se conseguiria a depreciação mais rápida do investimento. O retorno da alíquota de 3,65% do PIS/Cofins, hoje em 9,25%, um dos pleitos do setor, não traria vantagens aos investimentos na opinião de Levy. Segundo o secretário, o Ministério da Fazenda não é contra a inclusão do setor elétrico na MP do Bem de forma absoluta. "O espírito da MP do Bem é esse, desonerar investimentos, não todas as atividades", afirmou Levy hoje antes de iniciar apresentação no 6o. Encontro de Negócios de Energia", realizado pelo Ciesp (Centro das indústrias do estado de São Paulo), que acontece na capital paulista. De acordo com o presidente da Câmara Brasileira de Investidores do Setor Elétrico, Claudio Salles, o aumento de 3,65% para 9,25% da alíquota de PIS/Cofins e a mudança na cobrança do imposto, que passou a ser não cumulativa, resultou em um impacto de 4% no preço da energia elétrica pago pelo consumidor final. "Vários setores ficaram de fora dessas mudanças. O pleito do setor elétrico era de que ele também ficasse de fora", disse Salles. A desoneração dos investimentos é, ainda de acordo com Salles, um outro pleito do setor. "A folga que existia em 2001 já foi consumida. Em torno de 2009, as curvas de oferta e demanda de energia vão estar se cruzando. Novas usinas já deveriam estar sendo construídas", comentou ele. O presidente da empresa de pesquisa energética, Maurício Tolmasquim, diz, no entanto, que a oferta está garantida até 2010.

Valéria Serpa Leite / Denyse Godoy